



Outorga eletrônica agilizará processo para usuário

Ricardo Borsari, superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), fala durante Reunião de Diretoria do DMA sobre os novos procedimentos adotados para agilização dos processos de outorga, estabelecidos pela Portaria DAEE nº 1630, e respectiva implementação futura da outorga eletrônica.

Para cada outorga, o sistema permitirá visualizar todo os usos do empreendimento, seus diversos poços e reservatórios, segundo explicou o superintendente do DAEE, para quem isto possibilitará maior segurança no controle e a configuração do sistema.

Também foi pauta da reunião a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira. **Pág. 02**

Destaques dessa edição

Sustentabilidade e risco ambiental ditam o crédito bancário

Pág. 3

Superintendente do Ibama em SP participa de reunião com Fiesp e Ciesp

Pág. 4

Brasil ratifica Convenção sobre Mercúrio

Pág. 7

Cetesb - Fase 3 do Papel Zero- Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental

Pág. 7

Cetesb reformula Manual de Produtos Químicos

Pág. 8

A contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos ODS

Pág. 9

No radar



Pág. 10

Avisos



Pág. 13

Diplomas recentes



Pág. 14

Monitore



Pág. 18

Aconteceu

Outorga eletrônica agilizará processo para usuário

Novo sistema entrará em operação até o final do ano e reunirá diversas informações, minimizando burocracia



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

“O primeiro objetivo da outorga é poder fazer a gestão adequada de um recurso finito”, o que envolve captação superficial e subterrânea, lançamento de efluentes, estruturação e reservação, enfatizou o superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Ricardo Borsari, presente à reunião de Diretoria do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp. Borsari fez apresentação sobre os novos procedimentos adotados para agilização dos processos de outorga, estabelecidos pela Portaria DAEE nº 1630, e respectiva implementação futura da outorga eletrônica. Ele revelou que cresce 18% ao ano o número de outorgas, mesmo diante da crise hídrica registrada em 2015. Em

2016, foram emitidos 12.000 atos de outorga, e a cobrança pelo uso da água já é feita por quase todos os comitês de bacia.

Para Borsari, “a nossa cultura nos leva a gerar processos burocráticos”, e as instâncias de controle e de fiscalização faziam interpretações diversas diante das exigências estabelecidas para o usuário, o que acarretava uma demora muito além do razoável.

“Hoje o processo foi alterado, normatizado e está em início de implementação no DAEE”, pontuou, e a previsão é que até o final do ano se solicite outorga de modo eletrônico, facilitando a comunicação.

“Meu objetivo é verificar se há água disponível e se ela pode ser destinada àquele objetivo. Na medida em que dou autorização de outorga de implantação de um empreendimento, passo a ser co-responsável”, explicou.

Diante deste quadro, espera-se também uma melhora na agilidade dos processos com a futura outorga eletrônica, em função do cadastramento simplificado e da navegação facilitada. Para cada outorga, o sistema permitirá visualizar todo os usos do empreendimento, seus diversos poços e reservatórios, segundo explicou o superintendente do DAEE, para quem isto possibilitará maior segurança no controle e a localização de informações e configuração do sistema.

Arcabouço jurídico das outorgas

Borsari lembrou alguns marcos da legislação sobre água no Brasil e em São Paulo, com destaque para a Política Estadual de Recursos Hídricos, publicada em 1991, Lei nº 7.663, bem como a portaria nº 717 do DAEE, de 1996, que pautou todo o procedimento de outorga até o momento, sendo portanto importante sua revisão e aprimoramento, mediante o relevante aumento no número de processos e experiências adquiridas nesses 20 anos, desde sua publicação, sendo revogada agora pela Portaria DAEE nº 1.630 de 2017.

Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/images/documentos/outorgaefiscalizacao/portariadaee1630.pdf>.

A Renovação da Outorga do Sistema Cantareira

Foram publicadas nos dias 30 e 31 de maio, as novas resoluções de outorga e de operação do Sistema Cantareira,

responsável por abastecer de forma significativa as demandas nas bacias dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiaí - PCJ e Alto Tietê, para os próximos 10 anos, que contempla alguns avanços importantes, muitos deles fruto de propostas que foram discutidas em várias instâncias, com todos os segmentos da sociedade civil.

Desde a última prorrogação de prazo da outorga dada à SABESP, em 2014, a FIESP/ CIESP, por meio de seus representantes, participaram de forma efetiva e apresentaram inúmeras propostas para aprimoramento do texto da outorga do Sistema Cantareira, objetivando a ampliação da segurança hídrica e melhoria do atendimento em situações de escassez.

Dentre elas, cabe destacar a necessidade da definição clara de fluxos decisórios nas operações de liberação de vazões, ampliação dos mecanismos de transparência e controle dos níveis e vazões, bem como a garantia de vazões mínimas para as bacias PCJ nos períodos de estiagem.

Além disso, a garantia da participação e fortalecimento dos Comitês PCJ e AT no processo de acompanhamento da outorga e suas condicionantes, de definição de modelos operativos correspondentes aos níveis de armazenamento de água nos reservatórios, as quais foram minimamente contempladas.

Agência Indusnet Fiesp - editado.

As novas regras já estão em vigor e inicia-se, portanto, um período de grandes desafios para todos os segmentos no que se refere à operacionalização dos mecanismos e a sustentabilidade da segurança hídrica para as atuais e futuras demandas. Para conhecer na íntegra os novos dispositivos, acesse:

- **Resolução Nº 925** - Dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira - SC, delimitado, para os fins desta Resolução, como o conjunto dos reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro.

- **Resolução Nº 926** - Outorga de Direito de Uso - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP



Clique no link

<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/925-2017.pdf>

<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/926-2017.pdf>

Sustentabilidade e risco ambiental ditam o crédito bancário



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Desde que bancos do mundo inteiro se comprometeram a pautar suas operações financeiras com os olhos voltados para a proteção ambiental, aderindo, 25 anos atrás, a uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a variável ambiental passou a fazer parte dos modelos de avaliação de risco de crédito às empresas. No Brasil, em 2014, o Banco Central tornou obrigatória a inclusão, por parte dos bancos, da Política de Responsabilidade Socioambiental em toda decisão sobre financiamento a empresas.

A relevância do risco ambiental nas instituições financeiras levou o Conselho Superior do Meio Ambiente da Fiesp (Cosema) a trazer novamente o tema para debate, ressaltou

Walter Lazzarini, presidente do Conselho, convidando o economista Mário Sérgio Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), para falar sobre o assunto.

Vasconcelos abordou também o trabalho que a instituição vem fazendo para mitigar os riscos inerentes às mudanças climáticas apontados em 2016 durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. "Olhando para os compromissos e as contribuições que o Brasil levou para o acordo climático, a leitura que fazemos é a de que a

sustentabilidade é mais do que nunca algo que precisamos perseguir e transformar em oportunidades para o país, falou Vasconcelos.

O economista enfatizou ainda as vantagens competitivas do Brasil principalmente nas questões que dizem respeito ao agronegócio, à segurança alimentar e à produção de alimentos com alta tecnologia a custos competitivos, bem como a geração de energias baratas.

“Vejo o CAR como uma das soluções para os clientes, e por isso foi elencado como um dos principais projetos da Febraban para 2017. Temos 4 milhões de propriedades que, ao fazerem seu cadastro, irão se deparar com passivos ambientais e aí precisarão atender as exigências para ficar de acordo com a legislação”, observa o economista da Febraban. Até 31 de maio último, 4,2 milhões de imóveis rurais estavam cadastrados dentro do programa do CAR. Dos 397,8 milhões de hectares de área cadastrável, o serviço Florestal Brasileiro cadastrou uma área superior à informada pelos produtores rurais, alcançando 410,6 milhões de hectares cadastrados.

Agência Indusnet Fiesp - editado.

Rodrigo More chama atenção para a riqueza econômica que o país tem em seu território oceânico

A nova fronteira do conhecimento está no fundo dos oceanos. Mais especificamente na chamada economia azul, a economia baseada no aproveitamento inteligente e científico dos recursos naturais em águas profundas, sem prejuízo de ecossistemas e do meio ambiente. É dessa nova fronteira que o Brasil, detentor de 3 milhões e 600 mil quilômetros quadrados de solo e subsolo marinho, poderá gerar novos negócios e novas oportunidades de emprego. O tema foi apresentado em reunião do Cosema pelo professor Dr. Rodrigo Fernandes More, do Departamento de Ciências do Mar na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), professor adjunto do Instituto do Mar da USP e membro e consultor jurídico do Grupo de Trabalho do Leplac, plano de levantamento da plataforma continental brasileira na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Um dos fatores que devem ser levados em conta é que essa área, apesar de muito rica, ainda é muito nova dentre as preocupações da sociedade, na avaliação de Walter Lazarinni, presidente do Cosema. “Todo trabalho nesse sentido deve ser feito dentro do licenciamento ambiental futuro dessas atividades”, completa Lazzarini.



Clique no link

<http://www.fiesp.com.br/noticias/brasil-tem-de-voltar-seus-olhos-para-a-economia-azul-diz-professor/>

Superintendente do Ibama em SP participa de reunião com Fiesp e Ciesp



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

O superintendente do Ibama em São Paulo, José Edilson Dias, participou de reunião conjunta dos Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, conduzida pelo diretor Paulo Roberto Dallari Soares. Segundo Dias, um de seus temas prioritários são os planos municipais de resíduos sólidos. “É importante que se resolva a questão”, afirmou.

Dias também disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiu transformar em investimento ambiental o valor de multas por danos ao ambiente. Isso vai ser estendido a São Paulo.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Ações Regionais e Setoriais

Os DMAs Fiesp e Ciesp promovem diversas ações e engajamento do setor industrial paulista por meio das 42 Diretorias Regionais (DRs) do Ciesp e de seus Grupos de Meio Ambiente (GMA). Veja a seguir as principais ações ocorridas no período.

DR Presidente Prudente

Reunião do GMA em que foram apresentadas e discutidas as novas normas para gerenciamento de áreas contaminadas, a aprovação no âmbito do CONSEMA do aterro sanitário e industrial de Adamantina e esclarecimentos quanto a elaboração de projetos a serem financiados com recursos Fehidro pela indústria.

CIESP Limeira premia empresas no 2º Prêmio GMA de Boas Práticas Ambientais

O Grupo de Meio Ambiente (GMA) do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP – Diretoria Regional de Limeira realizou evento para entrega do 2º Prêmio GMA de Boas Práticas Ambientais no Teatro João Pacífico, em Cordeirópolis.

Foram premiadas empresas dos setores da indústria, serviços e agricultura que desenvolvem ações em prol da natureza. O objetivo é reconhecer, estimular e incentivar as atividades desenvolvidas para recuperar, conservar ou melhorar a disponibilidade e a qualidade de recursos naturais e assim tornar-se exemplo para outros negócios.

A cerimônia teve início com a palestra “Água: conhecendo e protegendo”, feita pela Professora Doutora Luciana Cordeiro de Souza Fernandes, da FCA/Unicamp. Após a apresentação foram feitas as homenagens à comissão julgadora, as empresas participantes e a premiação dos melhores projetos.

“Projetos como estes inscritos no prêmio mostram que há anos a indústria vem fazendo sua parte e está comprometida com o meio ambiente, promovendo a redução do consumo, reuso da água, diminuição dos resíduos sólidos que seriam enviados ao aterro sanitário, entre outras ações importantes que promovem a sustentabilidade”, comentou Flaminio de Lima Neto.

O coordenador do GMA Mauricio Fahl, falou da importância do prêmio e das ações que estão sendo realizadas pelas empresas: “Esse prêmio é o reconhecimento de todo empenho e conscientização que as empresas promovem. O GMA agradece a todos participantes e aqueles que de alguma forma contribuíram com este importante evento de nosso calendário”.



Todos os projetos inscritos foram avaliados por uma comissão composta por representantes da academia, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo CETESB, Secretaria de Meio Ambiente de Cordeirópolis de Limeira, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Limeira.

Foram 10 projetos inscritos, dos quais 5 deles tiveram destaque especial através das categorias agronegócio, prestador de serviço, empresa de pequeno porte, médio porte e grande porte.

Categoria Agronegócio

Projeto vencedor:

Concentrando esforços para promover a sustentabilidade na indústria e no campo

Empresa: São Martinho S/A

Categoria Prestador de Serviço

Projeto vencedor: Programa de redução de consumo de combustível e redução de emissão de gás carbônico

Empresa: Covre

Categoria empresa de pequeno porte

Projeto vencedor: projeto Eliminação de descarte de água potável

Empresa: AP Losa & Cia Ltda EPP (Gelo Geol)

Categoria empresa de médio porte

Projeto vencedor: Utilização de resíduo de madeira como fonte de biomassa.

Empresa: Cezan Embalagens Ltda

Categoria grande porte

Projeto vencedor: Reuso Externo

Empresa: Iochpe Maxion S/A

CIESP LESTE recebe ponto de descarte de eletrônicos

Desde 2016, a ABINEE criou a GREEN Eletron – Gestora para Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos para atender a crescente necessidade das empresas, governo e sociedade, por alternativas para a coleta e tratamento adequado dos eletroeletrônicos descartados. Agora, o CIESP Distrital Leste passa a ter um ponto de coleta de eletroeletrônicos em suas instalações, que funciona de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30.

O coletor de resíduos sólidos Green Eletron foi instalado no estacionamento da Distrital, localizada na Mooca, com o objetivo de facilitar o descarte de produtos como celulares, notebooks, tablets e outros bens eletroeletrônicos. A iniciativa, chamada

de Descarte Green, faz parte do acordo do CIESP Leste com a Abinee e servirá como experiência para a implantação de um sistema de logística reversa de eletroeletrônicos na zona Leste.

O Brasil gera 1,5 milhão de toneladas de lixo eletrônico por ano, ocupando, junto com a França, a 7ª colocação no mundo e o 10 lugar como o país que mais gera este tipo de resíduo na América Latina.

Em atenção à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a GREEN Eletron ficará responsável por coordenar os serviços de coleta, transporte e dar destinação final ambientalmente adequada aos eletroeletrônicos descartados.



Brasil ratifica Convenção sobre Mercúrio

Pacto internacional que passa a vigorar em agosto estabelece critérios rigorosos para eliminação do uso da substância

O Plenário do Senado aprovou o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (PSD 114/2017), que estabelece critérios rigorosos para eliminação do uso do mercúrio. A proposta segue para promulgação do presidente do Senado Federal.

O acordo internacional foi firmado por 128 países, inclusive o Brasil, na cidade de Kumamoto, Japão, em outubro de 2013, e desde então aguardava ratificação por parte do legislativo brasileiro. Atualmente 69 países já depositaram seus instrumentos de ratificação junto à ONU

A Convenção de Minamata sobre mercúrio entrou em vigor em 16 de agosto e a primeira Conferência das Partes ocorrerá de 24 a 29 de setembro em Genebra, na Suíça.

Fonte: MMA – editado.

Ibama alerta para guias de recolhimento falsas

O Ibama informa que fraudadores estão enviando Guias de Recolhimento da União (GRUs) falsas para simular a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

As GRUs remetidas pelo Ibama via Correios seguem acompanhadas de Notificação de Lançamento de Crédito Tributário, assinada eletronicamente pela autoridade competente.

O Ibama ressalta que o Instituto somente encaminha cobranças por e-mail após solicitação expressa do pagador.

A guia de recolhimento da TCFA pode ser gerada de forma rápida e segura no site do Ibama.

Mais informações: (61) 3316-1900 / cobranca.sede@ibama.gov.br

Fonte: MMA/ Editado

Cetesb - Fase 3 do Papel Zero- Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental

A Cetesb informou que desde 28/8/2017, as novas solicitações de licenciamento a serem solicitadas à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental passaram a ser realizadas exclusivamente de forma digital, em decorrência da implantação do Sistema Eletrônico e-ambiente na CETESB.

Dessa forma, a partir dessa data, todos os documentos protocolados na Diretoria deverão estar no formato digital.

As “Instruções para protocolização dos documentos digitais dos processos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental no Sistema Eletrônico e-ambiente” constam da Decisão de Diretoria - DD 247/2017/I de 28/08/17, que dispõe sobre os procedimentos, organização, partição, qualidade e formato dos documentos digitais.

Maiores informações podem ser obtidas junto ao endereço eletrônico <http://papelzero.ambiente.sp.gov.br/>, onde é possível visualizar, entre outros tópicos, a sessão de Perguntas Frequentes e o Vídeo sobre envio de documentos digitais.

Cetesb reformula Manual de Produtos Químicos

A atualização trouxe mais agilidade na consulta de informações sobre os produtos químicos mais envolvidos em emergências químicas no Estado de São Paulo.

O Manual de Produtos Químicos da Cetesb passou por reformulação de conteúdo e de sistema.

São 96 Fichas de Resposta a Emergências Químicas. Cada ficha estruturada em seis campos contendo informações detalhadas sobre: identificação do produto; medidas de segurança; riscos ao fogo; propriedades físicas, químicas e ambientais; informações toxicológicas; observações.

O Manual apresenta novas e importantes informações para as equipes de resposta às emergências químicas, destacando a classificação e a identificação do Sistema Globalmente Harmonizado (GHS), as medidas para o controle de emergências, as medidas de prevenção e de combate ao fogo, a peroxidação de produtos e as concentrações de referência para exposições agudas (AEGL, em inglês).

Segundo a Cetesb, com essas características, é o único Manual de Produtos Químicos, disponível em língua portuguesa para usuários.

Fonte: Cetesb - editado



Clique no link

<http://emergenciasquimicas.cetesb.sp.gov.br/manual-de-produtos-quimicos/>

STF autoriza proibição do amianto em SP e diz que lei nacional fere Constituição

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 8 votos a 2 que o estado de São Paulo pode proibir a produção e a venda do amianto da variedade crisotila.

Também conhecido como "asbesto branco", o amianto tipo crisotila é usado principalmente para fabricação de telhas e caixas d'água. Vários estados, também proíbem o uso do amianto, em razão de riscos à saúde de operários.

Após o julgamento, a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, esclareceu, por meio da assessoria de imprensa, que a decisão tomada na ação de São Paulo derrubou a regulamentação do uso do amianto crisotila em todo o território nacional. O artigo da lei nacional que trazia regras para exploração do produto não tem mais validade, segundo o STF.

Mas, ao tirar as regras existentes, o Supremo não proibiu automaticamente a produção e a venda do amianto. A proibição vale somente nos estados onde há lei expressa proibindo. Nos outros que não permitem e nem proíbem, há uma situação de "vácuo jurídico". Mas, como o Supremo já disse, na prática, que a produção e a venda são inconstitucionais, caso algum estado crie regra autorizando o amianto essa regra deve ser derrubada caso seja novamente questionada.

Fonte: <http://g1.globo.com> – editado.

A contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa sessão a divulgar os ODS, apresentando o case da empresa vencedora na categoria Pequena e Microempresa do Prêmio Mérito Ambiental de 2016.

Empresa: GED – Inovação, Engenharia e Tecnologia

Projeto: projeto Ração Sustem

O projeto Ração Sustem, de produção de rações ecológicas para cães e gatos com restos de camarões da indústria pesqueira. Em Santos, Bertioga, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe desembarcam aproximadamente 1.370 t/ano de peixes e camarões, sendo que 50% se tornam resíduos. Com produção em escala piloto, o objetivo do projeto foi reutilizar 240 t/ano ou 650 kg/dia de resíduos do Rio do Meio (Guarujá/SP).

À fase de conscientização seguiu-se a disponibilização de bombonas de coleta seletiva nas peixarias. Nesse projeto, resíduos indesejáveis são separados, e o composto triturado é misturado a um farelo (milho, trigo, soja etc) para compor rações com valor nutricional. A produção, ainda não comercializada, é doada para criadores locais. A área de captação da matéria-prima é o Bairro Santa Rosa III (Guarujá), que não conta com rede de coleta de esgoto e abriga uma comunidade carente próxima a extensa área de manguezal. O processo atende a preceitos de sustentabilidade e contribui, também, para a geração de renda. Em quatro anos de projeto foram reutilizadas 12 toneladas e produzidas 28 toneladas de ração, com investimento de aproximadamente R\$ 570 mil reais em pesquisa, desenvolvimento, equipamentos e patente.

ODS relacionadas a esse projeto:



Indicadores desse projeto:

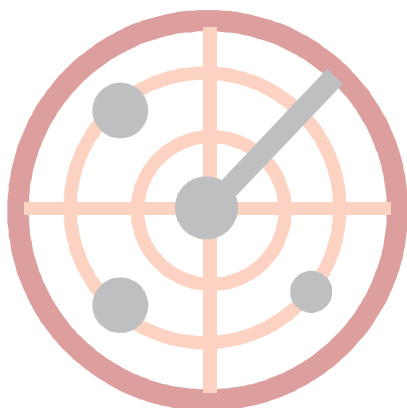


reutilização de 12 toneladas de resíduos

Indicadores acumulados
Economia de 843 MWh/ano
Redução de 105 ton de emissão de CO2
Reutilização de 12 ton de resíduos

Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

No radar



188
Representações em
Fóruns/Colegiados

Acompanhe os principais temas em pauta nos diversos colegiados ambientais dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participam, defendendo os interesses do setor industrial paulista.

Áreas contaminadas

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Reunião do GT Plano de Comunicação de Risco em que foi dada continuidade à discussão do conteúdo mínimo da norma de Plano de Comunicação de Risco para áreas contaminadas. O setor industrial reforçou sua proposta, aprovada, sobre a realização da avaliação do plano de comunicação de acordo com o estipulado no conteúdo da norma, bem como considerando as particularidades de cada área contaminada.

Em reunião plenária oficializou-se a revisão das seguintes normas: Construção de poços e desenvolvimento; Avaliação preliminar; Investigação confirmatória; Investigação detalhada; Modelo conceitual; e Amostragem de água subterrânea. O setor industrial presente manifestou interesse em participar das discussões.

Biodiversidade

Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)

Foi aprovado Relatório Final da CT de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas sobre o 1º Relatório do GT sobre Espécies Exóticas com Potencial de Invasão.

Conselho de Meio Ambiente do Município de São José do Rio Preto – reunião para eleição de Diretoria e apresentação do Plano de Arborização Urbana.

Emissões atmosféricas

Conselho Nacional de Meio Ambiente

O GT Qualidade do ar reuniu-se para dar continuidade às discussões referentes a minuta proposta para a revisão da Resolução CONAMA nº03/1990 sobre os Padrões de Qualidade do Ar Nacionais. Durante a reunião, a Fiesp se posicionou a favor da definição e melhor detalhamento de ações e mecanismos para o atendimento dos padrões de qualidade do ar que devem ser periodicamente avaliados, para assim migrar de forma estruturada, viável e assertiva, para padrões mais restritivos, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde. A proposta final, com os dissensos indicados pelo GT será enviada à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Resíduos Sólidos.

Licenciamento ambiental

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

O Secretário Ricardo Salles apresentou ao Plenário o

resultado do processo de revisão da Decisão de Diretoria CETESB nº 210/2016/I/C que disciplina o licenciamento ambiental de instalações portuárias no Estado de São Paulo, que culminou com a publicação, em 09/08/2017, de um texto substitutivo (Decisão de Diretoria CETESB nº 210-A/2017/I/C).

Recursos hídricos

Fórum Mundial da Água

A Fiesp apresentou candidaturas para participação no programa oficial do maior evento de água do mundo, que ocorrerá em Brasília no mês de março/2018. De forma conjunta com a Rede de Recursos Hídricos da CNI, foram pleiteados apresentação de experiências e tecnologias da indústria paulista e nacional nos temas de financiamento, governança, capacitação, urbano, clima e desenvolvimento. Os resultados devem ser divulgados no mês de setembro.

Ministério do Meio Ambiente

Foi realizada oficina com representantes do Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos, quanto ao estudo do Banco Mundial/IPEA/MMA acerca de aperfeiçoamentos para a gestão dos recursos hídricos no Brasil. A Fiesp e o Ciesp posicionaram-se quanto a necessidade de integração de todos os outros estudos já em andamento e o aperfeiçoamento dos instrumentos, principalmente, quando do momento de situações críticas.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Reunião do Grupo Técnico de Qualidade para discutir proposta dos parâmetros e respectivos limites para a qualidade da água de reuso visando aplicação em sistema de distribuição para edificações residências, comerciais e de serviços que irá compor a minuta de Normas Técnicas (ABNT) em discussão na Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

A Câmara Técnica de Cobrança/CNRH reuniu-se para apresentação de relatório pela Agência Nacional de Águas quanto a utilização dos recursos da cobrança oriunda do setor elétrico e elaboração de parecer com considerações dos setores e definição de indicadores para acompanhamento das prioridades de Plano Nacional de Recursos Hídricos. Na ocasião também se discutiu realização de seminário com enfoque na otimização da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

A Câmara Técnica de Usos Múltiplos do Conselho (CTUM) finalizou as discussões sobre a revisão da Deliberação CRH nº 156/13 que trata de reuso direto não potável de água proveniente de estações de tratamento de efluentes públicas, observando a Resolução Conjunta SES/SMA/SSRH nº 01/17,

sobre qualidade da água nesses tipos de processos. Quanto ao reuso industrial, a Fiesp e o Ciesp se posicionaram sobre a ausência de necessidade de elaboração de normas para definir procedimentos nesse sentido, devido aos usos específicos e segurança de processos, que requerem diferentes características de qualidade da água e necessidades abarcadas em processos internos ou relações contratuais com seu fornecedor de água de reuso.

Resíduos sólidos

Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)

Foram aprovadas propostas de moção de apoio à proposta de simplificação burocrática e desoneração tributária das atividades de logística reversa e proposta de moção de apoio à concessão de isenção de ICMS nas operações com cimento asfáltico denominado “asfalto ecológico” ou “asfalto de borracha”. Por sugestão do representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, as duas Moções deverão ser encaminhadas às Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, que analisa as demandas tributárias, propondo modificações e atualizações da legislação.

Câmara Municipal de São Paulo

Reunião da Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente em que foi apresentado o processo de tratamento de resíduos orgânicos na cidade de São Paulo, com o objetivo de diminuir o volume de resíduos encaminhados aos aterros sanitários.

Comitê de bacia

Áreas de proteção

Os Comitês do Ribeira de Iguape e Litoral Sul e do Paraíba do Sul discutiram a segunda versão do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Área de Proteção - PDPA para as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço – APRM-AJ/SL, no CBH-Ribeira, e Reservatório Jaguari, pertencente ao Comitê de Bacia do Paraíba do Sul. Foram discutidas as propostas de alterações no texto PDPA e as alternativas para modificação do mapa do zoneamento territorial, inicialmente proposto pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH.

Na ocasião, também foram eleitos os representantes do segmento da Sociedade Civil, para tanto, os representantes do Ciesp e da Fiesp foram eleitos membros titulares da referida Câmara para mandato 2017/2018.

Reunião do Comitê Pontal do Paranapanema contou com apresentação proposta da Unesp de Presidente Prudente de

APP e Reserva Legal em assentamento do estado na região.

Captação de água subterrânea

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CTMH) do Comitê do Alto Tietê discutiu do Relatório do DAEE sobre as Áreas de Restrição e Controle para captação e uso das águas subterrâneas na região de Jurubatuba.

Cobrança pelo uso da água

O Comitê Baixada Santista reuniu-se para aprovação do Plano de Aplicação de Investimentos e Custeio da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Baixada Santista para o exercício de 2017”.

Estatuto

O Comitê Baixa Santista reuniu-se para aprovação da Deliberação CBH-BS nº 330/2017 que “Dá nova redação ao Estatuto do CBH-BS”.

Outorga

Aconteceu em Santa Barbara do Oeste a reunião da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças dos Comitês PCJ para apresentação sobre as novas Portarias sobre processo de outorga do DAEE.

Planejamento e articulação

A Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA) do Comitê Alto Tietê reuniu-se com o GT Consultas Ambientais para análise das minutas de pareceres técnicos dos seguintes empreendimentos e, elaborados pelo GT: Ampliação da Central de Tratamento e Valorização Ambiental - CTVA Caieiras; Plano Urbanístico City; Compensação Ambiental do Empreendimento Condomínio de Uso Misto Granja Tupy e Ampliação do Aterro Sanitário em Guarulhos - Fase 10.

Plano de ação

O Comitê Alto Tietê reuniu-se para discussão da estratégia para a elaboração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos para o período de 2017 a 2019, utilizando como materiais de apoio, o Relatório de Situação 2017 e o Modelo do Quadro do Plano de Ação e de Investimentos, apresentados como sugestões pela Secretaria do CBH-AT.

Plano de Bacia

O Comitê do Pardo reuniu-se para discussão referente a consulta pública do Plano de Bacia da UGRHI -4 e atualização do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Pardo para o Quadriênio 2016/2019.

Os Comitês Médio Paranapanema e Aguapeí e Peixe promoveram oficinas sobre o Plano de Bacia com o objetivo de identificar e elencar as ações para o Plano de Bacia dos rios Peixe e Aguapeí em cenários de estagnação, tendencial e de crescimento econômico.

O Comitê Sapucaí-Mirim/Grande está discutindo a última versão do Prognóstico para elaboração do Plano de Bacia.

Plano de trabalho

O Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá reuniu-se para elaboração de planos de trabalho para o próximo biênio e alinhamento das ações conjuntas.

O Comitê Baixada Santista discutiu o Plano de Trabalho das câmaras técnicas para o biênio 2017/2018.

O Comitê Paranapanema reuniu-se para apresentação de proposta do GT de Acompanhamento do Plano para a implementação das ações de curto prazo, até 5 anos.

Recursos Fehidro

Os Comitês Sapucaí-Mirim/Grande, Sorocaba e Médio Tietê e Paraíba do Sul reuniram-se para aprovação dos empreendimentos para aplicação dos recursos do FEHIDRO.

O Comitê Baixada Santista reuniu-se para análise dos os recursos que foram impetrados pelos Tomadores que tiveram os seus projetos e/ou empreendimentos considerados inabilitados para receberem os recursos do FEHIDRO 2017. O Comitê também se reuniu para aprovação das Deliberações CBH-BS nº 328/2017 e CBH-BS nº 329/2017 que indicam prioridade de Investimentos do CBH-BS ao FEHIDRO com Recursos da Cobrança/2016. O Comitê discutiu ainda os critérios para a elaboração da Minuta de Deliberação que trata da chamada de projetos FEHIDRO para o ano de 2018.

O Comitê Alto Tietê reuniu-se para apresentação dos resultados da reunião realizada entre o GT Acompanhamento, a EMPLASA e o Agente Técnico IPT,

referente ao Projeto 2013-AT -629. Discutiu ainda, os critérios utilizados nas análises dos empreendimentos FEHIDRO 2017 e se há, a viabilidade e tempo hábil, para propor uma segunda chamada de Tomadores para apresentação de empreendimentos/projetos.

O Comitê do Tietê Batalha reuniu-se para análise e hierarquização dos pleitos Fehidro 2017 e os Comitê Aguapeí e Peixe e Médio Paranapanema revisaram os critérios para avaliação, pontuação e hierarquização dos projetos a serem financiados em 2018.

Relatórios

O Comitê Sapucaí-Mirim/Grande reuniu-se para aprovação do Relatório de Situação da bacia de 2016 ano base 2015.

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CTMH) do Comitê do Alto Tietê debateu proposta para a elaboração do Relatório Anual de 2016, referente aos Monitoramentos Hidrológicos já realizados.

Segurança hídrica

A Fiesp, atual coordenadora da Câmara de Monitoramento Hidrológico dos Comitês Piracicaba, Capivari e Jundiá, responsável pelas solicitações de operações de descargas dos reservatórios do Sistema Cantareira para as bacias PCJ realizou encontro com usuários e organismos gestores no sentido de ampliar a segurança decisória e hídrica na região.

Avisos**CMADS da Câmara aprova projeto que regulamenta a eliminação do Ascarel**

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou parecer elaborado pelo Dep. Daniel Coelho (PSDB/PE) sobre o PL 4625/2016 que estabelece diretrizes para a eliminação das Bifenilas Policloradas (PCBs) no país

O texto preserva os prazos para a destinação final ambientalmente adequada da PCBs estabelecidos na Convenção de Estocolmo. A proposta estabelece regras alinhadas ao Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, como a obrigação de detentores realizarem o inventário e o cadastro de equipamentos contaminados e o estabelecimento de metas anuais mínimas para a destinação final. A proposição segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJC.

Fonte: Câmara dos Deputados

Consulta pública

Encontra-se em Consulta Pública o inventário de "Emissões e Remoções do Setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (2011 a 2015)", realizado no âmbito do Programa de Mudanças Climáticas (PROCLIMA) da CETESB.

A presente publicação é uma sequência do primeiro e segundo inventários de "Emissões e Remoções do Setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas", que estimaram as emissões e remoções no estado de São Paulo entre os anos de 1994 a 2011. Os interessados em contribuir deverão preencher o formulário disponível no endereço <https://goo.gl/6kUzRV>. O formulário deverá ser preenchido e enviado para pic_cetesb@sp.gov.br.

Fonte: Cetesb

Eventos

Veja os eventos dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participaram no período.

Fórum Brasileiro de Gestão Ambiental

Fórum promovido pela ANAMA com apoio institucional da FIESP e do CIESP/Campinas. O evento reuniu órgãos ambientais do setor público, privado e da sociedade. As principais discussões foram quanto ao fortalecimento da gestão ambiental nos municípios e as formas de financiamento dos sistemas.

Palestras Temáticas do Plano Diretor de São José do Rio Preto

Evento em que foram abordados o desenvolvimento da gestão pública, desenvolvimento territorial e planejamento urbano.

3º Workshop Diálogos de Financiamento Climático

Realizado pela Rede Brasil do Pacto Global para promover debates visando ao melhor entendimento sobre linhas de créditos para financiamento de projetos na área de mudança do clima. As apresentações realizadas por agentes financeiros e instituto especializado em captação de recursos demonstraram procedimentos para acesso de linhas de crédito para projetos de infraestrutura e instrumentos de mercado como os títulos verdes.

Diplomas legais recentes - Federal

Mudança do clima

Decreto nº 9.082, de 26 de junho de 2017
Institui o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Área de proteção

Portaria ICMBio nº 408, de 19 junho de 2017
Atualiza o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ipanema, no Estado de São Paulo.

Portaria MMA nº 229, de 23 de junho de 2017
Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Comitê e o Grupo Técnico, com o propósito de formular e implementar o Programa Conectividade de Paisagens - Corredores Ecológicos.

Portaria MMA nº 241, de 13 de julho de 2017
Define o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) de 2018.

Recursos hídricos

Resolução ANA nº. 1.506, de 8 de agosto de 2017
Define os valores anuais dos contratos a serem firmados no âmbito do Segundo Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (Progestão) e dá outras providências.

Resíduos sólidos

Resolução ANP nº 685, de 29 junho de 2017
Estabelece as regras para aprovação do controle da qualidade e a especificação do biometano oriundo de aterros sanitários e de estações de tratamento de esgoto destinado ao uso veicular e às instalações residenciais, industriais e comerciais a ser comercializado em todo o território nacional.

Produtos controlados

Decreto Legislativo nº 99, de 6 de julho de 2017

Aprova o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013.

Resolução Conama nº. 480, de 19 de julho de 2017

Ficam revogadas as seguintes Resoluções Conama: Resolução nº 5/1985, que dispõe sobre o licenciamento das atividades de transporte, estocagem e uso de pentaclorofenol e pentaclorofenato de sódio; Resolução nº 14/1986, que dispõe sobre o referendo à Resolução nº 5/85 e, Resolução nº 11/1990, que dispõe sobre a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental da Mata Atlântica.

Regimentos

Portaria Ibama nº 14, de 29 de junho de 2017

Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Portaria MMA nº 240, de 13 de julho de 2017

Institui a Comissão Tripartite Nacional com o objetivo de constituir um espaço institucional de diálogo entre os entes federados com vistas a uma gestão compartilhada e descentralizada entre União, Estados e Municípios, bem como o fortalecimento e a estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Projetos de Lei

PL nº 7927/2017 e PL nº 7916/2017

Alteram a Lei nº 12.651/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, reclassificando os apicuns e salgados como Área de Preservação Permanente (APP).

PL nº 8095/2017

Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651/12, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.

PL nº 8326/2017

Dispõe sobre a periodicidade da fiscalização dos estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, alterando a Lei nº 6.938 de 1981.

PL nº 7991/2017

Altera a Lei nº 9.991/00, para priorizar a aplicação de recursos de pesquisa e desenvolvimento em projetos de geração de energia elétrica através da instalação de painéis solares no mar e em reservatórios de usinas hidrelétricas.

PL nº 7906/2017

Altera a Lei nº 9.433/97, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001/90, que modificou a Lei nº 7.990/89, para dispor sobre o reuso de água.

Altera a Lei nº 11.445 de 2007, para conferir publicidade a documentos referentes à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, e instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e a outros dados relativos à segurança hídrica.

PL nº 8040/2017

Acrescenta o §9º ao art. 33 da Lei nº 12.305/10 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obrigando o fabricante, comerciante e fornecedor a estabelecer política de desconto na compra de novo produto, ao consumidor que entregar o produto usado.

PLS nº. 243/2017

Altera a Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política

Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem plásticos biodegradáveis como insumo.

PL nº 8235/2017

Altera a Lei nº 12.305 de 2010, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605 de 1998; e dá outras providências", para prever o

monitoramento do transporte de resíduos sólidos.

PL nº 8218/2017

Acresce dispositivo à Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para obrigar os fabricantes de embalagens plásticas a utilizarem percentuais crescentes de resina proveniente de reciclagem.

Diplomas legais recentes - Estadual

Área de proteção

Lei nº 16.683, de 7 de julho de 2017

Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Fazenda da Juta.

Lei nº 16.686, de 10 de julho de 2017

Estabelece diretrizes para a criação e instalação do Parque Municipal Santa Adélia, e dá outras providências.

Resoluções SMA de nº 51 à de nº 69, de 13 de julho de 2017 e Resolução SMA nº 70 de 18 de julho de 2017

Instituem, respectivamente, os conselhos consultivos das seguintes Unidades de Conservação: PE Alberto Löfgren, MONA Pedra do Baú, FE de Guarulhos, PE Restinga de Bertiooga, EE de Avaré, PE da Cantareira, EE de Marília, APA Rio Batalha, EE de Parapanema, FE de Pederneiras, MONA Pedra Grande, EE de Itapeti, PE de Itapetinga, PE de Itaberaba, PE de Campos do Jordão, EE de Bananal, APA São Francisco Xavier, PE da Serra do Mar – Núcleo Itariru, PE da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia e APA Tietê.

Resolução SMA nº 88, de 2 de setembro de 2017

Dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 86, de 25 de agosto de 2017

Institui o Projeto de Pagamento por Serviços

Ambientais para Proteção da Vegetação Nativa (PSA PROTEÇÃO), no âmbito do Projeto Clima e Biodiversidade na Mata Atlântica.

Resolução SMA nº 82, de 21 de agosto de 2017

Dispõe sobre os procedimentos de aplicação da Resolução Conama 303/2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, em cumprimento a determinação judicial, repristina os efeitos da Resolução SMA 9/2009, que dispõe sobre as situações de ocorrências de restingas consideradas de preservação permanente no Estado de São Paulo, alterando alguns de seus dispositivos.

Portaria Fundação Florestal nº. 110, de 19 de julho de 2017

Consolidação do entendimento quanto à supressão de vegetação na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, prevista em seus planos de manejo, nos casos de empreendimentos, obras ou atividades cuja implantação implique no corte de árvores isoladas.

Fiscalização

Resolução SMA nº 81, de 18 de agosto de 2017

Dispõe sobre o estabelecimento de nexos causais na fiscalização e autuação do uso irregular de fogo em área agropastoril.

Resolução SMA nº 73, de 24 de julho de 2017
 Acrescenta e altera dispositivos à Resolução SMA 48 de 2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Licenciamento

Decreto nº 62.672, de 4 de julho de 2017
 Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Decreto nº 60.070/14, que regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 72, de 18 de julho de 2017
 Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos que especifica.

Comunicado Consemas/nº, de 27 de junho de 2017
 Comunicado de comprovação de capacitação para exercer as competências administrativas do licenciamento ambiental municipal - Município de Embaúba.

Comunicado CONSEMA s/nº, de 11 de julho de 2017
 Comunicado de comprovação de capacitação para exercer as competências administrativas do licenciamento ambiental municipal - Município de Fernandópolis.

Resolução SMA nº 74, de 4 de agosto de 2017
 Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica.

Decisão Cetesb nº 210, de 4 de agosto de 2017
 Disciplina o licenciamento ambiental de instalações portuárias no Estado de São Paulo e promove alteração na Decisão de Diretoria 210/2016/I/C, de 28/9/2016.

Decisão de Diretoria nº 247, de 28 de agosto de 2017

Dispõe sobre as "Instruções para protocolização dos documentos digitais dos processos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental no Sistema Eletrônico e-ambiente".

Recursos hídricos

Decreto nº 62.676, de 7 de julho de 2017
 Altera o Decreto nº 48.896/04, que regulamentou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), criado pela Lei nº 7.663/91.

Resolução Conjunta SES/SMA/SSRH nº 1, de 28 de junho de 2017
 Disciplina o reuso direto não potável de água, para fins urbanos, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário e dá providências correlatas.

Projetos de Lei

PL nº 673/2017
 Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no Bioma Mata Atlântica.

PL nº 731/2017
 Institui a Campanha de Orientação e Conscientização sobre o que é Aquecimento Global e as suas consequências, denominada "Hora do Planeta".

PL nº 824/2017
 Torna obrigatório aos supermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha de manterem estruturas destinadas à coleta do óleo de cozinha usado.

PL nº 813/2017
 Dispõe sobre estratégias para ampliar a coleta seletiva em benefício da inclusão sócio produtiva da economia solidária.

PL nº 776/2017

Dispõe sobre a substituição do uso de saco plástico para descarte de lixo, pelo uso de saco de lixo ecológico disponibilizado ou vendido pelos órgãos estaduais.

PL nº 715/2017

Determina que estabelecimentos que comercializam cápsulas de café expresso disponibilizem pontos de

recebimento de invólucros utilizados.

PL nº 672/2017

Obriga as indústrias de café em cápsulas, os supermercados e hipermercados que comercializam referido produto a estabelecerem o sistema de logística reversa para destinação adequada dos invólucros utilizados.



Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré- definidos, existem outros prazos, aos quais as empresas devem estar atentas, pois variam de empresa para empresa.

Veja abaixo algumas dessas obrigações.

Pagamento da 3ª parcela de 2017 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei 14.626/2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Prazo: até 30 de setembro de 2017

Apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA

A quem se aplica: O ADA é um documento de cadastro que possibilita ao proprietário rural uma redução do Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100%, sobre a área efetivamente protegida e deve ser preenchido e apresentado pelos declarantes de imóveis rurais obrigados à apresentação do ITR, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5/2009.

Como fazer: A declaração deverá ser feita por meio eletrônico, na página do IBAMA na Internet. Para acesso e preenchimento do formulário ADAWeb é necessário que o declarante (proprietário rural, posseiro etc.) seja previamente cadastrado no Cadastro Técnico Federal do IBAMA – CTF - e, consequentemente, obtenha uma senha. Para a apresentação do ADA não existem limites de tamanho de área do imóvel rural. Será necessário um ADA para cada Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF). Quando não tiver meios próprios à sua disposição, o declarante da pequena propriedade rural ou posse rural familiar definidos pela legislação pertinente, poderá optar pela apresentação das informações referentes ao ADA em uma das Unidades do IBAMA (informações prestadas no ITR).

Prazo: até 30 de setembro de 2017

Serviços DMA

Além do Informe Ambiental e do Monitore, o DMA também oferece:

Portal bolsa de resíduos

Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais.



Clique no link

<http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/>

Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.

<http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/>

Agende-se





A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), a Embaixada da Suécia no Brasil e o Business Sweden convidam para o seminário

COMO ACELERAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O evento visa discutir os propulsores para o desenvolvimento sustentável, bem como a geração de bioenergia a partir de biogás. O objetivo é identificar novas áreas de parceria entre Brasil e Suécia, envolvendo indústria, governo e academia. Participe!

28 DE SETEMBRO DE 2017
Das 8h30 às 12h00

PRÉDIO DA FIESP

Av. Paulista, 1313 15º andar Espaço Executivo São Paulo/SP



13ª EDIÇÃO

Realização

FIESP CIESP

PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA 2018

Em sua 13ª edição, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água continua sua missão de reconhecer os esforços da indústria e também do setor de serviços em reduzir o consumo e o desperdício de água.

OBJETIVOS

O Prêmio objetiva demonstrar os benefícios ambientais, sociais e econômicos nas boas práticas de gestão de água.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Empresas de micro ou pequeno porte e de médio ou grande porte, que tenham implantado medidas de conservação e reúso de água.

CRONOGRAMA

- Inscrição no site da Fiesp: até **19 de janeiro de 2018**.
- Envio de projetos por via eletrônica: até **26 de janeiro de 2018**.
- Solenidade de premiação: **data a definir**.

Para mais informações, acesse:

<http://www.fiesp.com.br/premioagua>.

Venha mostrar que o consumo consciente de água é muito mais que uma prática em favor do meio ambiente!

FIESP CIESP

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br. Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>.

FIESP CIESP



FIESPAMBIENTAL
twitter.com/FiespAmbiental